

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca
<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athié Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Biota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Guagu Piteri — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Octacilio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturoli — ARENA; Theodoro Mendes — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Eleival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Denedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antonio Annibelli — MDB; Antonio Bejinati — MDB; Antonio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Myamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Lactec Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dal-lanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio

Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequet — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odaeir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — As listas de presença acusam o comparecimento de 56 Srs. Senadores e 347 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ) — Pronuncia o seguinte discurso. — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O I Seminário de Planejamento Governamental para Brasília encerrou-se, sábado próximo passado, com uma proposta da Comissão de Estratégias Administrativas, ressaltando a necessidade de se buscar uma forma de a população local ter participação mais direta nas decisões que são tomadas no Distrito Federal. As opiniões continuam divididas, alguns defendendo a participação em termos amplos, inclusive com a criação de câmaras legislativas, outros achando que ela deve existir, mas com poderes limitados para não se constituir em um entrave à administração.

As propostas que buscavam transformar as cidades satélites em prefeituras não foram acatadas pelo Plenário da Comissão. Várias posições foram manifestadas no sentido de fortalecer as atuais administrações, hoje desfiguradas em termos decisórios, buscando, ao mesmo tempo, criar comissões municipais ou metropolitanas, que se poderiam estruturar em bairros e vilas, mas com funções estritamente técnicas e sem condições de influir no conjunto de decisões.

Outras pessoas acreditam que, em cada cidade satélite, deveriam existir espécies de prefeituras, que se articulariam com uma câmara legislativa a nível do Distrito Federal. Ao mesmo tempo, essas pessoas defendem a idéia de Brasília ter representação junto ao Senado Federal, esfera onde as decisões mais importantes seriam tomadas. Em termos gerais na Comissão, não houve propostas deliberadamente contra a participação popular na tomada das decisões. As divergências se localizam em como formalizar essa participação e qual o grau de influência da mesma. Uma corrente razoavelmente forte não admite que essa participação seja decisiva e nem, tampouco, política, como nos demais Municípios brasileiros.

Outra corrente, sem muita força no Plenário, acha que essa participação deveria ser eletiva e não "abstrata", como a proposta de conselho por quadras, que não pressupõe uma organização política central, impedindo toda e qualquer atuação prática desses núcleos, que ficariam completamente desarticulados.

Nessa Comissão se desenvolveram, também, grandes debates sobre a transformação de Brasília numa região metropolitana, abrangendo, além das cidades satélites, alguns Municípios goianos. Outra proposta paralela era a ampliação da área física do Distrito Federal:

"Essa posição chegou a se efetuar, pois a Comissão considerou que para a constituição dessa região metropolitana,

as cidades satélites deveriam ser transformadas em Municípios, o que seria inviável sob o ponto de administração global, pois o Distrito Federal é considerado como um todo que interage entre si. Quanto à anexação de território goiano e mineiro ao DF, isso foi considerado inviável, já que em termos práticos essa atitude não seria a solução para os problemas econômicos sociais de Brasília, mas apenas um agravante a mais.

Dos pontos que ficaram acertados na comissão, um é a necessidade de maior contato entre os governos da região geoeconômica de Brasília, permitindo que todas as partes participem de uma política de planejamento global, evitando que sejam cometidas algumas distorções como a implantação de núcleos urbanos e diversos loteamentos na periferia de Brasília, que pressionam ainda mais a Capital. Essa, porém, consideram os debatedores, daria condições para concentrar esforços em torno de uma política comum e, portanto, produtiva para o desenvolvimento da região.

A comissão considerou-se incapaz para estabelecer uma estratégia administrativa para o Distrito Federal, pois essa atitude será determinada por um conjunto de fatores, os quais serão fixados segundo a política econômico-social que o Governo vier a adotar.

Um dos pontos mais polêmicos vem sendo a estrutura fundiária do Distrito Federal, onde representantes do GDF e vários outros técnicos vêm defendendo a estatização completa do solo, ao passo que os representantes empresariais vêm nesse fator várias distorções, alegando que a satisfação das necessidades da população não são supridas.

C.B. 26/11/76

Enquanto isso, o destacado órgão da imprensa desta capital, em editorial sob o título *Visão realista de Brasília*, analisa as palestras proferidas no movimento do I SEPI AG, que passo a ler para que integrem este pronunciamento:

“O I Seminário de Planejamento Governamental para o Distrito Federal colheu o seu primeiro grande fruto — encontrou o rumo norte por ele buscado; ouviu um depoimento todo bom senso, todo harmonia, evidenciando um entendimento correto e atual para os destinos do Distrito Federal bem como dos meios para realizá-lo.

A palestra do Ministro Reis Velloso, do Planejamento, teve o mérito de reunir, num único depoimento, todo um universo de conceitos, de práticas e de distorções que já começavam a preocupar, tal a sua convergadura, por raras e cascasas as versões, em termos de planejamento global, em curso no sentido de corrigir e atualizar.

A reafirmação de que Brasília não pode hipertrofiar — se em suas funções econômicas, para que não venha a se transformar num novo Rio de Janeiro, expondo-se, dentro de mais alguns anos, a remendos e concertos diante da excessiva pressão de utilização de seus equipamentos urbanos, realmente consagra a tese inicial de Lúcio Costa — limitativa para os contingentes populacionais, tendo em vista a alta qualificação dos 500.000 habitantes previstos, diante das imensas responsabilidades de comandar e dirigir a vida do País.

Não que se pretenda para a Capital da República uma posição sofisticada de redoma administrativa, ou de vitrina burocrática, mas, ao contrário, uma comunidade organizada para um desempenho gerencial no processo decisório de alta responsabilidade e por isso mesmo deflexa às pressões sociais decorrentes de excessiva concentração de mão-de-obra.

A idéia, pois, de implantar um Distrito Industrial no DF perde a sua intensidade, substituindo-a pela maior oferta de empregos na região geoeconômica do Distrito Federal. Velloso foi categórico nesse ponto.

Já integralmente identificado com os novos tempos de contenção e economia nos gastos, o Ministro Reis Velloso também abriu uma nova opção para a questão da transferência dos órgãos administrativos para Brasília, entendendo que os critérios não podem ser genéricos para produzir uma vinda meramente quantitativa. Deve-se objetivar o aspecto qualificativo, tendo em vista a capacidade de influir no processo de decisão das entidades a serem localizadas no Distrito Federal. A restrição, no particular, se acolhida pelos Ministérios que ainda mantêm as sedes de organismos seus no Rio de Janeiro e referendada pelo DASP, há diminuir — e muito — a pressão sobre o mercado imobiliário e consequentemente com reflexos na indústria de construção civil em Brasília.

Quanto ao uso da terra, as colocações do titular da SEPLAN foram as mais correntes, só que não levaram em conta a diretriz já adotada pela TERRACAP, e posta em prática, de oferecer uma quantidade crescente de lotes urbanos, que logo em janeiro ascenderá a mais de cem unidades mensais, objetivando um equilíbrio na lei da oferta e da procura. As licitações da TERRACAP têm assim um sentido de pôr cobro à especulação imobiliária no DF.

Outro ponto a ressaltar diz respeito aos transportes de massa para uma população com 40% das famílias auferindo renda bruta não superior a Cr\$ 700 e 77% percebendo menos de Cr\$ 2.400 por mês. Diante de tais valores, a prioridade para os transportes de massa, prevalecendo sobre o individual, tem que se ajustar à realidade energética dos nossos tempos, sob pena de ver-se o Governo Federal obrigado a impor restrições severas ao uso do carro particular.

Finalmente mostrou o aspecto mais dramático do funcionamento da Capital da República que, até hoje — infelizmente, ainda não conciliou a arquitetura com a ecologia e o homem com a cidade, confundindo-se e contradizendo-se as soluções até aqui oferecidas, ora pelo excesso de vidro e de concreto, ora pela falta de opções para o lazer, definindo-se um quadro perfeito para o fastio da solidão e os sangramentos do desperdício.

Ao excelente nível das palestras proferidas por Plínio Cantanhede e Elmo Farias, juntou-se, também, num plano elevado e com uma contribuição generosa para estudos e confrontos, a conferência do Ministro Reis Velloso, oferecendo uma análise atual, desapassionada e objetiva da realidade de Brasília, bem como das formas mais viáveis de sua completa consolidação como centro das decisões nacionais.”

Sr. Presidente, tudo muito certinho, de acordo com o figurino oficial.

No entanto, a falta de uma representação política que tem marginalizado o eleitorado de Brasília, privado de participar das decisões sobre sua cidade, não pode perdurar indefinidamente, quando é por todos reconhecida a sensibilidade política da culta e briosa comunidade da Capital Federal.

Até agora os brasilienses só gozaram do direito de disputar eleições em clubes de serviço e recreativos.

É o caso de se perguntar, até quando? (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nasser Almeida. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jerônimo Santana.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O INCRA perdeu a razão de ser, à medida que foi dominado inteiramente pela burocracia. Os entraves burocráticos são tão grandes que o colono e o agricultor não são mais a preocupação central da autarquia. Antes, o INCRA se preocupou com o assentamento das